

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Ministério refez levantamento da projeção da safra

Fazenda reduz para 2,2% projeção de alta do PIB

A desaceleração da economia provocada por juros altos surtirá efeitos sobre a atividade econômica brasileira. O Ministério da Fazenda reduziu de 2,3% para 2,2% a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB - soma das riquezas produzidas no país) em 2025. A estimativa foi divulgada nesta quinta-feira (13), em Brasília, no Boletim Macrofiscal da Secretaria de

Política Econômica (SPE). Segundo o ministério, a revisão decorre do desempenho mais fraco da economia no terceiro trimestre e dos efeitos defasados da política monetária restritiva. Para 2026, a projeção de crescimento foi mantida em 2,4%. A projeção para a inflação oficial (IPCA) em 2025 caiu de 4,8% para 4,6%, mas o índice ainda deve encerrar o ano acima do teto.

Teto
Para 2026, a expectativa do teto da meta foi revisada de 3,6% para 3,5%. A SPE prevê que a inflação deve convergir para 3,2% até o segundo trimestre de 2027, horizonte considerado relevante para a política monetária, conforme a Secretaria de Política Econômica (SPE).

PIB
A revisão do PIB para 2025 mostra dinâmicas distintas entre os setores da economia. A agropecuária foi o destaque positivo com previsão de crescimento elevada de 8,3% para 9,5%. A indústria recuou de 1,4% para 1,3%, e o setor de serviços passou de 2,1% para 1,9%.



Um aumento registrado em 2025 ao repetirá em 2026

Safra deve recuar 3,7% em 2026, depois de recorde

A safra brasileira de grãos, cereais e leguminosas deve somar 332,7 milhões de toneladas em 2026. Esse resultado representa recuo de 3,7% em comparação a este ano, que marca um recorde. As estimativas foram divulgadas nesta quinta-feira (13) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE) que, todos os meses, apresenta o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Essa é a primeira edição a trazer dados para 2026. Para este ano, a estimativa do IBGE é de uma safra de 345,6 milhões de toneladas, a maior já observada no país, sendo 18,1% mais volumosa que a de 2024.

Clima
Ao comentar a passagem de um ano com colheita recorde para outro com recuo na safra, o gerente de Agricultura do IBGE, Carlos Alfredo Guedes, aponta a influência de fatores climáticos. “Em 2025, tivemos um clima que favoreceu muito o desenvolvimento”, disse.

La Niña
Guedes descreve que 2026 será o ano sob a influência do fenômeno La Niña, com resfriamento anormal das águas superficiais do Oceano Pacífico equatorial, que traz chuvas mais intensas para a Região Centro-Oeste e pouca chuva para o Sul, o que pode afetar as lavouras.

Médias
“Para 2026, a gente está no início de safra ainda, então a gente trabalha muitas vezes com médias ainda de rendimentos de anos anteriores, por isso também essa queda um pouco da produção e, provavelmente, o clima não será assim tão favorável”, completa.

Volume
Apesar de menor volume de produção, o IBGE aponta que a área a ser colhida deve ser maior em 2026. São estimados 81,5 milhões de hectares, quase o tamanho do Mato Grosso, expansão de 1,1% na comparação com 2025, segundo o levantamento.



O levantamento aponta que o Brasil tinha 10 milhões de empresas e organizações

Mulheres recebiam 15,8% a menos que os homens

Levantamento do IBGE foi realizado até 2023 e aponta mais dados

Por Martha Imenes

As mulheres recebiam em 2023, 15,8% menos que os homens. Enquanto a remuneração deles era R\$ 3.993,26, a delas R\$ 3.449,00, uma diferença de R\$ 544,26 por mês.

No entanto, nos últimos dois anos do levantamento, a diferença no salário de homens e mulheres diminuiu. Isso porque em 2022, eles ganhavam 17% a mais.

Vista sob outro ângulo, essa desigualdade significa que o salário médio das mulheres representava 86,4% da remuneração dos homens.

A constatação faz parte do levantamento Estatísticas do

Cadastro Central de Empresas, divulgado nesta quinta-feira (13) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados mais recentes são de 2023.

Empresas e organizações

Para chegar aos números, o IBGE consolidada informações de empresas e instituições que tenham Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), ou seja, órgãos da administração pública e entidades sem fins lucrativos também entram no universo de dados.

O levantamento aponta que o Brasil tinha 10 milhões de empresas e organizações for-

mais ativas, expansão de 6,3% na comparação com 2022, sendo que 7 milhões de empresas não tinham pessoal assalariado.

As empresas e organizações ocupavam 66 milhões de pessoas ao fim de 2023, alta de 5,1% em relação ao ano anterior.

Do grupo de ocupados, 79,8% (52,6 milhões) eram assalariados. Os demais 13,3 milhões estavam na condição de sócios e proprietários.

Em 2023, o salário médio era R\$ 3.745,45, elevação de 2% na comparação com 2022.

Os dados do IBGE não mostram diferença de salário entre homens e mulheres especificamente na mesma função, e sim no total de rendimentos pago

por empresas e organizações.

Apesar de formarem 54,5% dos assalariados, os homens recebiam 58,1% da massa salarial. Já as mulheres (45,5% dos assalariados) recebiam 41,9% do total da renda.

Presença de homens e mulheres

Ao analisar as atividades econômicas, o IBGE aponta que praticamente um em cada cinco homens (19,4%) trabalha na indústria de transformação. Em seguida, figuram os ramos do comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (18,8%); e administração pública, defesa e seguridade social (13%).

Maior parte trabalha na administração pública

No universo das mulheres, um quinto delas (19,9%) trabalha na administração pública, defesa e seguridade social. Na sequência aparecem os segmentos do comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (18,2%) e saúde humana e serviços sociais (11,1%).

Ao detalhar o perfil atividades, a que tem maior percentual masculino é a construção, na qual 87,4% dos assalariados são homens. Em seguida surgem

indústrias extrativas (83,1%) e transporte, armazenagem e correio (81,3%).

Já a atividade com maior participação feminina é a de saúde humana e serviços sociais. De cada quatro trabalhadores desse setor, três (75%) são mulheres, superando a educação (67,7%), atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (57,5%) e alojamento e alimentação (57,2%).

Escolaridade

O IBGE fez diferenciação também entre quem tinha ou não nível superior. O levantamento aponta que 76,4% do pessoal ocupado assalariado não tinha nível superior.

Os que tinham formação universitária receberam, em média, salário mensal de R\$ 7.489,16, o que representava três vezes o rendimento das pessoas sem nível superior (R\$ 2.587,52).

A atividade que mais tinha assalariado com ensino superior era o ramo da educação (65,5%). De cada 100 pessoas, 65 tinham diploma universitário. Em seguida, aparecem atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (59,9%) e organismos internacionais (57,4%).

Já no ramo de alojamento e alimentação, 96,1% dos assalariados não tinham ensino superior. Na agropecuária eram 93,8% sem se formar na faculdade.

Ministério emite alerta para azeites fraudados; saiba quais marcas

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) emitiu um alerta aos consumidores sobre a comercialização e o consumo de azeites de oliva fraudados. Os produtos foram fiscalizados pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal da Secretaria de Defesa Agropecuária. De acordo com o órgão, eles não atendem aos padrões de identidade e qualidade estabelecidos pela legislação.

Confira as marcas inspecionadas que foram consideradas impróprias: Royal (AL), Godio (CE), La Vitta (SP) e Santa Lucia (MG).

As amostras coletadas pelo departamento foram analisadas pelos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária que confirmaram a presença de outros tipos de óleos vegetais na composição, o que caracteriza fraude.

O ministério orienta os consumidores a interromper imediatamente o uso dos produtos, caso tenham adquirido. Lembra, ainda, que é possível



Azeite virou item de primeira linha em supermercados

solicitar a substituição do produto, conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor.

Aos comerciantes, o Mapa reforça que a comercialização desses produtos constitui infração grave.

“Os estabelecimentos que mantêm os itens à venda podem ser responsabilizados”, dis-

se o ministério, em nota.

Desde 2022 na mira

O “jeitinho” para se dar bem chegou aos alimentos: fraudadores estão falsificando azeite extravirgem, mel, leite, hambúrguer, especiarias e até enganando o consumidor na compra de carnes e peixes. É

comum encontrar cortes e tipos sendo substituídos por outros de menor valor.

O próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento alerta sobre os alimentos mais fraudados no Brasil. Entre os de origem vegetal estão o azeite, com adição de óleos vegetais; a farinha de mandioca, que recebe farelo de arroz; e o café, que ganha casca, palha de café, coco de açaí, milho, trigo, triguilho, cevada e areia na moagem.

Além disso, o ministério pontua que todos os anos o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Dipoa/Mapa) realiza uma pesquisa de indícios de fraude em leites UHT, pasteurizado e em pó; carcaças congeladas de aves, cortes resfriados e congelados de frango e pescados submetidos ao congelamento. A pasta diz que, em relação ao leite (nas três versões), é verificada a adição de soro, açúcares, sais e conservantes, dentre outras substâncias proibidas.